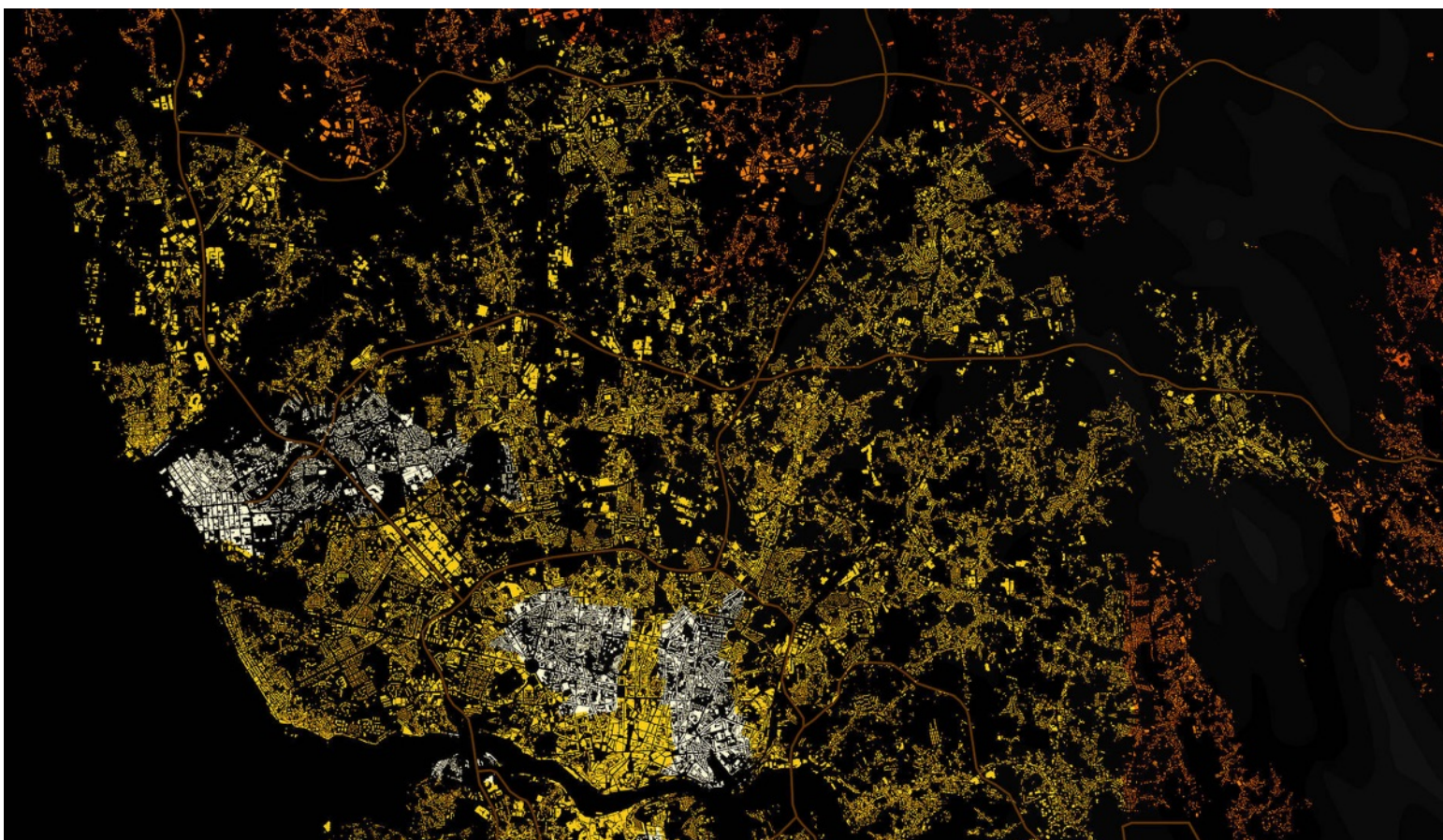


PNUM

A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO

FORMAS, PROCESSOS, DESÍGNIOS



FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
Porto, 18 e 19 de julho de 2018

ORGANIZAÇÃO



APOIOS



EDIÇÃO

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Via Panorâmica S/N | 4150-564 Porto, Portugal.

EDIÇÃO DIGITAL

ISBN: 978-989-8527-21-9

CONGRESSO

COMISSÃO CIENTÍFICA

Vítor Oliveira, Universidade do Porto, Portugal
Stael de Alvarenga Pereira Costa, U. F. de Minas Gerais, Brasil
David Viana, Nottingham Trent University, Reino Unido
Eneida Mendonça, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Frederico de Holanda, Universidade de Brasília, Brasil
Jorge Correia, Universidade do Minho, Portugal
Karin Schwabe, Universidade Estadual de Maringá, Brasil
Teresa Marat-Mendes, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

Álvaro Domingues, Universidade do Porto, Portugal
Ana Silva Fernandes, Universidade do Porto, Portugal
Daniel Casas Valle, Universidade do Porto, Portugal
Elisabete Cidre, University College London, Reino Unido
Ivo Oliveira, Universidade do Minho, Portugal
Javier Monclús, Universidad de Zaragoza, Espanha
João Castro Ferreira, Universidade Fernando Pessoa, Portugal
Luís Pedro Silva, Universidade do Porto, Portugal
Madalena Pinto da Silva, Universidade do Porto, Portugal
Manuel Fernandes de Sá, Universidade do Porto, Portugal
Marta Labastida, Universidade do Minho, Portugal
Mariana Abrunhosa Pereira, Universidade do Porto, Portugal
Nuno Portas, Universidade do Porto, Portugal
Rodrigo Coelho, Universidade do Porto, Portugal
Rui Mealha, Universidade do Porto, Portugal
Sara Sucena, Universidade Fernando Pessoa, Portugal
Teresa Calix, Universidade do Porto, Portugal

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Silva Fernandes
Bruno Moreira
Daniel Casas Valle
Mariana Abrunhosa Pereira
Nuno Travasso
Sara Sucena
Teresa Calix (coordenação)

LIVRO DE ACTAS

AUTORIA

MDT - Morfologias e Dinâmicas do Território
Grupo de Investigação do CEAU – Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

EQUIPA EDITORIAL

Teresa Calix (coordenação)
Ana Silva Fernandes
Sara Sucena
Nuno Travasso
Bruno Moreira

IMAGEM DA CAPA

Padrões Urbanos ©MDT

PRODUÇÃO E DESIGN

Bruno Moreira

WEBSITE

<https://pnum.arq.up.pt>

AUTORIA

MDT - Morfologias e Dinâmicas do Território
Grupo de Investigação do CEAU – Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

PRODUÇÃO E DESIGN

Bruno Moreira

Esta publicação não pode ser reproduzida, em todo ou em parte, sem a permissão escrita do editor.

Todos os conteúdos escritos e imagens dos artigos são da responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.

ÍNDICE

I. FORMAS

Da expansão à dispersão: as diferentes escalas da morfologia urbana: as particularidades da formação da cidade industrial brasileira.	21
<u>Luiz de Pinedo Quinto Junior</u> , Luiza Naomi Iwakami	
Mutações Urbanas em Campinas: suas tipologias e padrões de implantação.	33
<u>Daniel Teixeira Turczyn</u> , Evandro Ziggiatti Monteiro	
Formas da expansão urbana na cidade de Campinas no período 2009-2016.	51
<u>Barbutti, Márcio Rodrigo</u> , Benfatti, Dênio Munia	
MORPHO Amazônia? Uma morfologia de áreas rurais.	69
<u>Giselle Fernandes de Pinho</u> , Evandro Ziggiatti Monteiro, Silvia Mikami Pina	
Revitalizar o território do Alto Douro Vinhateiro - de Pocinho a Barca D'Alva.	83
<u>Inês Morgado Areia</u> , Clara Pimenta do Vale, Mariana Abrunhosa Pereira	
A paisagem do Alto Côa.	101
<u>Maria Isabel Lopes de Mendonça</u>	
O Território dos Arquitetos: o interesse dos arquitetos e urbanistas para com o rural e as pequenas cidades.	112
<u>Guilherme Silva Graciano</u> , Beatriz Ribeiro Soares	
O Sistema Carbonífero do Douro. Para um recurso operativo.	123
<u>Daniela Alves Ribeiro</u>	
Da forma do lugar ao desígnio do 'arruamento', da 'porta', da 'praça'. Princípio de inscrição na paisagem das colónias agrícolas da Junta de Colonização Interna.	141
<u>Filipa de Castro Guerreiro</u>	
Formas urbanas contemporâneas. O caso das hortas urbanas nos municípios de Cascais e Lisboa.	159
<u>Ana Mélice</u> , Teresa Marat-Mendes	

Morfologia da Agricultura Urbana em Lisboa: Caso de Estudo de Chelas.	175
<u>Raquel Sousa</u>	
Formas e usos de dois espaços públicos do centro de Poços de Caldas, MG: um resgate histórico a partir da Sintaxe Espacial.	210
<u>Leandro Letti da Silva Araújo</u> , Evandro Ziggiatti Monteiro, Rodrigo Argenton Freire	
A Modelagem da Informação como Ferramenta de Análise da Qualidade do Espaço Público.	226
<u>Sílvia Filipe</u> , José Almir Farias Filho, Daniel Cardoso, José N. Beirão	
Configuração espacial, Copa do Mundo 2014, e valorização imobiliária no bairro de Lagoa Nova (Natal/Brasil).	240
<u>Rodrigo Costa do Nascimento</u> , George Alexandre Ferreira Dantas, Edja Bezerra Faria Trigueiro	
Uma leitura socioespacial da favela. Padrões urbanos orgânicos e configuração urbana.	258
<u>Vânia R. Teles Loureiro</u> , Valério A. S. Medeiros, Maria Rosália Guerreiro	
(IN)Dignidade Urbana. Conflitos e rupturas no contexto dos fragmentos introspectivos da cidade contemporânea.	271
<u>Nayra Carolina Segal da Rocha</u> , Ana Paula Rabello Lyra, Raquel Corrêa Mesquita	
Análise ambiental, social e urbana de um sistema complexo: Comunidade da Rocinha, Rio de Janeiro.	288
<u>ROSSI, Angela Maria Gabriella</u> , BARBOSA, Gisele Silva, CORRÊA Roberto Machado, ESSER Bárbara Canuto, MACHADO Gabriela Wolguemuth, MORAIS, Bertrand Ulácia	
Condomínios fechados e segregação urbana: efeitos da configuração e morfologia na qualidade da habitação social.	306
<u>LIMA, Márcia Azevedo de</u> , LAY, Maria Cristina Dias	
Nova forma, outros padrões de uso? Alteração da forma espacial e possíveis reflexos sobre modos de uso no caso do reassentamento da Favela do Maruim em Natal/RN/Brasil.	320
<u>Lucy Donegan</u> , Flávia Monaliza Lopes, Rubenilson Brazão Teixeira, Edja Trigueiro	
Um Olhar Sobre a Região Portuária e a Operação Urbana Porto Maravilha na Cidade do Rio de Janeiro: preexistências, transformações e desdobramentos.	339
<u>Júlio Cláudio da Gama Bentes</u>	
Diversidade de usos, forma construída e a apropriação do espaço. Uma análise local na cidade de Florianópolis-SC.	358
Geruza Kretzer, <u>Renato T. Saboya</u>	

Entre caminhos e barreiras em Itararé: estudo do território e da forma urbana.	375
<u>José Mário Daminello, Adriana Nascimento</u>	
A criação do quarteirão. Do registro arqueológico à simulação morfogenética.	390
<u>Vinicius M. Netto, João Meirelles, Fabiano Ribeiro, Caio Cacholas</u>	
Análise do adensamento urbano e da verticalização através de ferramentas SIG: o caso de Caxias do Sul-Brasil.	406
<u>Débora Gregoletto, Fábio Lúcio Zampieri</u>	
Modelagem da informação e métodos quantitativos a serviço da preservação da ambiência do patrimônio cultural edificado.	417
<u>Eugênio Moreira, Daniel Cardoso, José Nuno Beirão</u>	
Aplicação da metodologia do transecto para análise urbana: um estudo a partir do caso de Pinheirinho do Vale, Rio Grande do Sul, Brasil.	432
<u>Bruna Cristina Lermen, Alessandra Gobbi Santos, Pedro Couto Moreira, Zamara Ritter Balestrin, Danieli Faccin Bernardi</u>	
Verticalização e Segregação Socioespacial.	445
<u>Kananda Fernandes de Sousa Lima</u>	
Inserção Urbana dos Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. Condomínio Serra do Mar, São José dos Pinhais/PR.	463
<u>Ariadne Stradiotto Frenzel, Edson Maia Villela Filho</u>	
Espaços livres de uso público para práticas sociais e potenciais. Um estudo sobre a Regional Grande Ibes, Vila Velha – ES.	478
<u>LYRA, Ana Paula Rabello, MOREIRA, Mariana Menini, RAMOS, Larissa Letícia Andara, RAMOS, Suzany Rangel</u>	
Nas trilhas do Cangaço: Ensaio sobre o território no Reino de Lampião.	492
<u>Maria Clara Costa, Maria Rita de Lima Assunção</u>	
(IN)Dignidade Urbana. Conflito e Omissão na materialização do lugar democrático.	505
<u>Raquel Corrêa Mesquita, Ana Paula Rabello Lyra, Camila Coelho Binotti, Larissa Letícia Andara Ramos, Nayra Carolina Segal da Rocha</u>	
Plano de Acção de Metodologia de Diagnóstico de Resiliência Urbana: O caso de estudo do Bairro de Vallcarca.	520
<u>Rafael de Balanzo Joue, Lígia Nunes</u>	

Avaliação da Forma Urbana resultante do Plano Diretor em Limeira/SP	530
<u>Alessandra Argenton Sciota, Bruna Barreto Homs, Mayara Rosseti Chagas, Thiago da Silva Felizardo</u>	
Evolução Urbana de Petrolina por meio da Sintaxe Espacial.	548
<u>Nathália Louise Macêdo Leal, André Leal dos Santos, Valério Augusto Soares de Medeiros</u>	
Organização hidráulica de aldeias no vale do Tamuxe, um pequeno rio e suas águas afluentes.	565
<u>Angeles Santos, Henrique Seoane, Carlos Martínez-González</u>	
Urbanidade Amazônica: A água em projetos urbanos na conformação da paisagem de Manaus – Amazonas, Brasil.	581
<u>HEIMBECKER, Vlândia Pinheiro Cantanhede, PONTES, Taís Furtado</u>	
A paisagem como plataforma investigativa-propositiva para territórios em transformação. Uma investigação multiescalar da cidade de Manaus, Amazonas, Brasil.	597
<u>PONTES, Taís Furtado, HEIMBECKER, Vlândia Pinheiro Cantanhede</u>	
Forma Urbana e Inundação: Estudo dos comportamentos dos padrões morfológicos.	611
<u>Renata Cavion</u>	
A influência do rio Cuiabá na formação e desenvolvimento urbano das cidades históricas mato-grossenses.	624
<u>Gisele Carignani, Alexia Gabrielle Pinheiro Oliveira, Daniela Cássia Cardoso de Sousa, Nátili de Paula, Thaís Lara Pinto de Arruda, Thaís Rodrigues de Souza</u>	
Paradigmas que regem as relações entre cidades e rios urbanos. O caso do Canal da Passagem – Vitória/ES/Brasil.	639
<u>Milton Esteves Junior, Evelyn Machado dos Santos, Roberto Cabral Junior</u>	
‘Vida entre edifícios’. Os impactos da arquitetura no Rio de Janeiro, Florianópolis e Porto Alegre.	651
<u>Vinicius M. Netto, Julio Celso B. Vargas, Renato T. de Saboya</u>	
A apropriação da coletividade pelo espaço privado e suas consequências no espaço público. Uma análise da Avenida Antonino Freire em Teresina – PI.	667
<u>Cláudio Valentim Rocha Leal, Ísis Meireles Rodrigues, Lara Citó Lopes, Aracelly Moreira Magalhães</u>	
As ruas de lazer na cidade de São Paulo: políticas públicas e apropriação.	682
<u>Helena Napoleon Degreas, Ana Cecília Mattei de Arruda Campos</u>	

Museu do Amanhã: um elo para a “ocupação democratizada” da região da Praça Mauá na área central da cidade do Rio de Janeiro – RJ.	695
<u>TEIXEIRA, Rafael Motta</u> , PILARES, Alvaro Mauricio, ALBUQUERQUE, Rafael Tavares de	
Impacto da verticalização e da transformação das interfaces térreas das edificações no uso e na percepção de segurança em cidade litorânea.	713
<u>Fabiana Bugs Antocheviz</u> , Caroline Arsego, Antônio Tarcísio Reis	
Condicionantes naturais e legais na constituição da forma urbana e dos espaços privados e coletivos de Natal.	727
<u>Ruth Maria da Costa Ataíde</u> , Amíria Bezerra Brasil, Francisco da Rocha Bezerra Junior, José Clewton do Nascimento	
Santo André, SP: o traçado em retícula do Bairro Jardim.	743
<u>Adilson Costa Macedo</u> , Amanda Chyoshi	
Mapeamento e quantificação das áreas verdes livres em Pau dos Ferros/RN/Brasil: Um estudo de caso.	763
<u>Trícia Caroline da Silva Santana</u>	
Percepção, Representação e Imaginación na Paisagem.	773
Jesús Conde-García	
Espaços Livres e a formação de Unidades de Paisagem na Universidade Federal do Piauí – UFPI.	791
<u>Denise Rodrigues Santiago</u> , Camila Soares de Figueirêdo, Karenina Cardoso Matos, Wilza Gomes Reis Lopes	
Espaços verdes de equilíbrio ambiental. Estudo da Regional Grande Ibes, Vila Velha-ES, Brasil.	808
<u>Raquel Corrêa Mesquita</u> , Natália Brisa do Nascimento Santos, Larissa Letícia Andara Ramos, Luciana Aparecida de Jesus	
Influências do Turismo e da Legislação Urbana e Ambiental no Planejamento da Paisagem Litorânea.	824
<u>Mariana Barreto Mees</u> , Andréa Queiróz Rego	
Conforto ambiental urbano e análise microclimática a partir de diferentes configurações morfológicas urbanas.	836
<u>Barbosa, Gisele Silva</u> , Drach, Patricia R., Rossi, Angela M. Gabriella, Machado, Eduardo, Zamith, Victor, Geraldino, Guilherme	
Desafios à Sustentabilidade Ambiental: Uma análise sobre a transformação territorial na produção do espaço urbano de Maricá/RJ.	852
<u>Nogueira, Amanda da C. R. De M.</u> , Barbosa, Gisele Silva	

A constituição dos atuais padrões morfológicos do bairro Enseada do Suá, em Vitória, ES, Brasil.	870
<u>Lorenzo Gonçalves Valfré</u> , Eneida Maria Souza Mendonça	
Habitat Habitação: a reconstituição de um paradigma (Lisboa, 1950-1970).	886
<u>Maria Amélia Cabrita</u> , Teresa Marat-Mendes	
Tempo e espaço no Bairro Fonsecas e Calçada: a experiência urbana de Raúl Hestnes Ferreira.	899
<u>Alexandra Saraiva</u>	
Elementos Morfológicos do Espaço Urbano. O bairro central de Macapá/AP.	911
Ana Maia Palheta, Ana Souza Freitas, Francisco Serdoura	
A construção do Bairro do Cirne (1882-1937). Clientelas, modelos e formas para habitar na cidade do Porto.	931
<u>Manuel Joaquim Moreira da Rocha</u> , Nuno Ferreira	
Elementos e Padrões, Espaços Privados e Coletivos.	950
<u>Wellington Jorge Cutrim Sousa</u> , Andrea Cristina Soares Cordeiro Duailibe, Andrea Fonceca Silva, Lucia Oliveira Lindoso, Thayná Cantanhede Gusmão dos Santos	
Processo de desenvolvimento urbano de uma cidade de porte médio a partir da leitura do seu plano urbano.	961
<u>Anicoli Romanini</u> , Adriana Marques Rossetto, Karine dos Santos Luiz	
Registros escritos no estudo da morfologia urbana: estudo de caso em Campinas, Brasil – 1815-1859.	979
<u>Rodolpho H. Corrêa</u> , Silvia A. Mikami G. Pina, Evandro Z. Monteiro, Juliana Ramme	
A planta “De Guimarães”: Uma representação da vila quinhentista.	995
<u>Inês Lourenço Graça</u> , Maria Manuel Oliveira	
Topologia e Tipologia. A Parcela Gótica.	1005
<u>Jesús Conde-García</u>	
Corredor e subárea, elementos do tecido urbano.	1020
<u>Adilson Costa Macedo</u> , Adriana Inigo de Lima, Maria Isabel Imbronito	
A forma do limite na Bahia da Corunha.	1036
<u>Xose Lois Martínez Suárez</u> , Roberto Iglesias Rey	

Compacidade na dispersão. A flexibilidade da forma urbana na Região Metropolitana de Campinas, Brasil.	1055
<u>Rodrigo Argenton Freire, Evandro Ziggiatti Monteiro, Leandro Letti da Silva Araújo</u>	
Morfologias e Atividades Urbanas Dispersas na Microrregião do Médio Vale do Paraíba Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.	1069
<u>Júlio Cláudio da Gama Bentes</u>	
Novo Arrabalde aos pedaços. O quebra-cabeça das plantas de loteamento de Saturnino de Brito.	1090
<u>Flavia Ribeiro Botechia, Heraldo Ferreira Borges</u>	
Modelo de expansão urbana e repercussão de novas centralidades.	1106
<u>Gislaine Elizete Beloto, Mayara Henriques Coimbra</u>	
Ideias de núcleos comerciais e a forma urbana.	1123
<u>Samara Soares Braga, Renato Leão Rego</u>	
Habitar na Porosidade. O caso de estudo da Ericeira.	1135
<u>Francesca Dal Cin, João Henriques</u>	
Cidade e caminhos-de-ferro. Análise da evolução urbana em Albergaria-a-Velha.	1148
<u>Bruno Dias Nunes Sousa, Rita Ochoa, Mafalda Teixeira de Sampayo</u>	
Lisboa e a sua Área Metropolitana. Infraestruturas de Conexão.	1159
<u>Tiago Teixeira, Mafalda Sampayo</u>	
Mobilidade Ativa e a Satisfação com o bairro. Um estudo exploratório com moradores da Vila Planalto – Distrito Federal – Brasil.	1171
<u>Caroline Machado da Silva, Hartmut Günther, Ingrid Luiza Neto, Gabrielle Rocha Flores, Fernanda Machado da Silva</u>	
Projeto, planejamento e paisagem. Análise da urbanização pela paisagem noturna.	1182
<u>Andrea Queiroz Rego, Mariana Lima</u>	
Caminhos Paralelos. A Via Férrea como Suporte para o Planejamento.	1194
<u>Karla Cerqueira, Giovanna Scalfone, Izadora Oliveira, Virgínia Vasconcellos</u>	
<u>II. PROCESSOS</u>	
A rua como resistência: Desenho e agentes na construção do espaço público no bairro do Bexiga em São Paulo-SP.	1207
<u>Silvia A. Mikami G. Pina, Lucas Ariel Gomes, Camilla M. Sumi, Viviana Gonçalves</u>	

Lugares da colectividade. Apropriação do espaço urbano público.	1222
<u>Ana Lúcia Krodel Rech</u>	
Igreja Nossa Senhora de Fátima. Acessibilidade em Área do Patrimônio Arquitetônico de Brasília.	1237
<u>Adriano de Lima Silva</u> , Maria Gabriela Jamal Prata Vasconcelos da Silva, João da Costa Pantoja, Viridiana Gabriel Gomes	
Estudo da dinâmica da paisagem do Largo da Conceição à Praça Costa Pereira.	1255
<u>Michela Sagrillo Pegoretti</u> , Eneida Maria Souza Mendonça	
Arborização e conforto higrotérmico em praças.	1271
<u>Inés Gaggero Topolanski</u> , Joyce Pereira Dominguez, Virginia M. N. de Vasconcelos	
Espaço de todos ou de ninguém: Analisando reconfigurações espaciais do espaço coletivo de conjuntos habitacionais à luz de interpretações morfológicas.	1282
<u>Fabício Lira</u> , Flávia Monaliza Lopes	
O impacto da estrutura social da produção na morfologia urbana das intervenções nas Favelas no Rio de Janeiro.	1294
<u>Nuno André Patrício</u>	
Influências no processo de formação do tecido urbano dos bairros pericentrais de Maputo. O caso de Chamanculo C, Maxaquene A e Polana Caniço A.	1312
<u>Jéssica Lage</u>	
Ocupação da Ilha dos Valadares: dos escravos aos meandros urbanos espontâneos.	1329
<u>Edson Maia Villela Filho</u>	
Ocupação planejada no oeste do Paraná: Continuidades e rupturas.	1344
<u>Mariana Pizzo Diniz</u> , Sirlei Maria Oldoni, Adson Cristiano Bozzi Ramatis Lima	
Verticalizar e ver o mar. Identificando atores na construção do Altiplano ‘Nobre’.	1360
<u>Lucy Donegan</u> , Thuany Guedes Medeiros, Marcele Trigueiro de Araújo Moraes	
Paisagem Urbana da Cidade de Macapá e os reflexos das alterações na Lei do Uso e Ocupação do Solo.	1378
<u>Ana Maria de Souza Freitas</u> , Ana Corina Maia Palheta	
Apropriação da herança francesa nos espaços islâmicos públicos: Estudo de caso da cidade de Ifrane, Marrocos.	1394
<u>Bianca Scaramal Madrona</u> , Renata Cavion	

As esplanadas ferroviárias das cidades da Alta Sorocabana como potencialidade para a constituição de espaços livres públicos e preservação da paisagem urbana.	1404
<u>Arlete Maria Francisco</u>	
Crono-desenvolvimento do quadrante noroeste da cidade de Évora (Portugal): a implantação de duas casas religiosas como fator potenciador de novo tecido urbano.	1420
<u>Maria Filomena Monteiro, Maria do Céu Tereno</u>	
Revitalização do Largo de Nossa Senhora da Luz: Um caminho para promover a vitalidade urbana e cultural na sede de Paço do Lumiar, Maranhão.	1431
Duailibe, MSc Andrea C. S. C.; Santos, Lorena G.; Silva, Melissa A.; Santos, Rianny S. Dos; Goiabeira Filho, Walter G.; Sousa, Wellington J. C.	
Reinterpretação da Renovação na Herança Cultural Urbana: O Caso de Setúbal.	1454
<u>Manuela Maria Justino Tomé</u>	
Prainha – Permanências , apagamentos e transformações da paisagem.	1468
<u>Cláudia Inez Resende Melo, Eneida Maria Souza Mendonça</u>	
Sistemas urbanos e transformação da cidade Porto. Sistema conventual, desamortização e renovação do espaço urbano.	1486
<u>Maria José Casanova</u>	
Períodos Morfológicos do Urbanismo Novo-Hispano.	1487
<u>Norma E. Rodrigo Cervantes</u>	
A Conservação da Paisagem e seus Parâmetros Urbanísticos.	1501
<u>Vanessa Maschio dos Reis</u> , Roberto Montezuma Carneiro da Cunha e Talys Napoleão Medeiros	
Recife: Limites e Possibilidades para a Implantação de Novos Parques Urbanos.	1519
<u>Vanessa Maschio dos Reis</u> , Talys Napoleão Medeiros, Ana Raquel Santos de Meneses	
Processo de Gestão de Parques Urbanos: Estudo de Caso em Porto Alegre, Brasil.	1537
<u>Luciana Inês Gomes Miron</u> , Nathália Danezi, Cristiane Cassol Schvarstzhaupt	
Do território planejado ao espaço do mercado. Os Corredores de Centralidade de Porto Alegre	1551
<u>William Mog, Livia Salomão Piccinini</u>	

O papel da forma urbana na disputa do novo ordenamento territorial da cidade São Paulo.	1566
<u>Joyce Reis Ferreira da Silva</u>	
Do Plano da Região aos Planos das Cidades: Os Conceitos Urbanísticos Utilizados nos Planos das Cidades Relocadas no Rio São Francisco.	1580
<u>Antonio Willamys Fernandes da Silva</u>	
A forma urbana nos territórios habitacionais em cidades de fronteira – o caso de Foz de Iguaçu, Paraná-Brasil.	1598
<u>Juliana Rammé</u> , Silvia Mikami G. Pina	
A cidadania na construção coletiva do território. Casos de Estudo: Portimão e Loulé.	1614
<u>Lucinda Oliveira Caetano</u> , José Luís Crespo, Ana Rita Queirós, Luís Manata e Silva	
Programa ponte. Uma abordagem sustentada à reabilitação das ilhas do Porto.	1628
<u>Aitor Varea Oro</u> , Paulo Alexandre Monteiro Vieira	
O que é uma interface? A perspetiva dos agentes locais, no desenho do Observatório BIP/ZIP.	1646
<u>Ana C. C. Farias</u> , Alexandra Paio, Roberto Falanga	
O papel funcional do arquiteto e urbanista pela recuperação sócio espacial de comunidades favelizadas no Brasil.	1660
<u>Mário Márcio Santos Queiroz</u> , Flávia Batista da Mota, Mellyssa Ribeiro Ramos	
Práticas Militantes em Urbanização de Favelas. Uma pesquisa a partir da ação de sujeitos – a Peabiru TCA.	1675
<u>Lara Isa Costa Ferreira</u> , Karina Oliveira Leitão	
Arquitetura Vernacular: Teixoso como caso de estudo.	1694
<u>Matos, Rúben</u>	
Cartas Municipais de Património. Do Inventário ao Instrumento de Gestão.	1706
<u>Tarrafa Silva, A., Cunha Ferreira, T</u>	
Intervir com Valor(es).	1720
<u>Vanessa Pires de Almeida</u> , Adelino Gonçalves, Margarida Relvão Calmeiro	

- O Plano Diretor Municipal como instrumentos de planeamento e preservação do Patrimônio Histórico. O caso da Cidade de Cáceres – MT.** 1735
Gisele Carignani, Thais Lara Pinto de Arruda
- Investigando códigos urbanos e urbanidade: Aspectos morfológicos das leis urbanísticas de Parnamirim e seus rebatimentos sobre padrões de urbanidade.** 1748
Fabício Lira
- Desenvolvimento e modernização das cidades do século XX. O contributo dos Cine-Teatros.** 1765
Ana Cláudia Cardoso Brás
- Da análise morfológica urbana e da percepção sintética. Uma Metodologia do “Pensamento Lógico ao Nível do Sensível” - Metodologia de suporte para a elaboração de planos em áreas históricas.** 1783
António Ricardo da Costa
- Património: um percurso pelas memórias do Teixeira.** 1803
Rúben Matos
- As Secções do Vale em Caldas do Moledo. A metamorfose do Lugar e do Tempo nas paisagens arquitectónicas do Douro.** 1813
Ana Filipa Dias, Carla Garrido de Oliveira, Teresa Calix
- ‘No meio do caminho...um casarão’** 1831
Thiago Oliveira Gonçalves Lima
- Metamorfoses urbanas e segregação de comunidades pesqueiras, em conjuntos urbanos tombados no litoral brasileiro.** 1848
Ramon Fortunato Gomes, Ricardo Batista Bitencourt, Rômulo José da Costa Ribeiro
- Casa Modernista em São Luís – Maranhão. A análise formal de duas residências no eixo de expansão urbana entre 1940 e 1970.** 1863
Bianca Tereza Lins Rabelo Barbosa, Grete Soares Pflueger
- Ressignificar lugares: regeneração urbana como processo de memória colectiva. O caso do Hub Criativo do Beato.** 1873
Ana Nevado

Fisionomia Urbana. Do ideal para o real, croquis urbanos e o reconhecimento dos jardins internos do Setor Sul, Goiânia-GO. 1883
Priscila Pires Corrêa Neves, Luiz Carlos de Laurentiz

Valorização da Paisagem em Tijucas, SC: Lugar, História e Cultura. Trabalho Final de Graduação (TFG) como visão de Conjunto. 1901
Andrea Luiza Kleis Pereira, Giselle Carvalho Leal, Bruna L. F. Rodrigues Fachin

Requalificação do Adro do Conjunto Franciscano de Olinda – Pernambuco – Brasil. 1916
Vania Cristina Silva Cavalcanti, Terezinha Monteiro

III. DESÍGNIOS

A geometria da cidade ideal, de Filarete a Villalpando. 1934
Eduardo Fernandes, João Cabeleira

Formas da cidade: Utopias e realidades. 1949
Luiz Fernando da Silva Mello

Da Cidade-Presépio à cidade-ilha ficcional. A imagem simbólica (in)visível de Vitória (Espírito Santo-Brasil). 1967
Milton Esteves Junior, Linda Kogure

A evolução e persistência de um desígnio. O ‘Plano Parcial do Campo Alegre’, 1952-66. 1980
Sílvia Cristina Teixeira Ramos

PP4 e Vila Expo’98. 20 anos de uma ideia de desenho urbano. 1992
Pedro Luz Pinto

Arquitetura, infra-estrutura, paisagem: construir a urbanidade na ‘cidade sem forma’. 2008
Rodrigo Coelho

Modernização de ontem, vitória de hoje. Uso comercial na Avenida Jerônimo Monteiro em Vitória/ES – Brasil. 2022
Viviane Lima Pimentel, Brenda Aurora Pires Moura, Flavia Santos Sanz, Samira Medeiros Littig

Escala territorial e forma urbana. A participação das estruturas naturais. 2040
Gislaine Elizete Beloto, Rafael Rossetto Ribeiro

Forma urbana e Mobilidade: Transporte Ativo na Cidade Formal e Informal. 2051
Sabrina da Rosa Machry, Júlio Celso Borello Vargas, Bibiana Valiente Umann Borda , Lourenço Marques Valentini

Interação social e morfologia urbana: caminhabilidade no Centro de Vitória (ES).	2069
<u>Carvalho, Rodrigo de</u> , Campos, Martha Machado	
O estudo do 'Território' e da 'Morfologia Urbana' no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1962-1974).	2085
<u>Patrícia Bento d'Almeida</u> , Teresa Marat-Mendes	
Apr(e)ender (com) a cidade colonial brasileira: experiências de atividades de ensino no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN.	2097
<u>José Clewton do Nascimento</u>	
Território em conflito: ruralidades urbanas na cidade.	2117
Carolina Ferreira da Fonseca, Pedro Dutra Britto	
O desenho enquanto desígnio. Pensamento gráfico: configurações reais e imaginárias.	2127
<u>José Manuel Barbosa</u>	
Transformando mosaicos urbanos através do Território Educativo. Uma prática pedagógica no ensino da arquitetura e urbanismo.	2145
<u>Flávia Lima</u> , Alain Flandes, Giselle Arteiro	
Diálogos formados e em formação acadêmica na visão de Inserção Projetual para a Habitação de Interesse Social.	2163
<u>Mário Mário Santos Queiroz</u> , Mariana Gomes Guedes, Silvio Parodi de Souza	
Ações de formação e reflexão sobre favelas. A atuação do coletivo LabLaje no contexto brasileiro.	2179
<u>Lara Isa Costa Ferreira</u> ; Paula Custódio de Oliveira; Felipe Moreira; Victor Iacovini; Vitor Coelho Nisida; Rodrigo Faria; Henrique Frota	
Território do Bem. Resposta comunitarista e alternativa urbanística à segregação socioespacial.	2194
<u>Enrico Corvi</u> , Milton Esteves Junior, Michelangelo Russo	
Territórios colaborativos: cocriação da cidade e a mudança de paradigma na academia.	2206
<u>Ligia Nunes</u> , Carla Portal, Alexandra Paio	
Carlos Nelson Ferreira dos Santos: métodos e procedimentos de trabalho na contemporaneidade de sua obra	2219
Maria de Lourdes Pinto Machado Costa, Maria Lais Pereira da Silva	

A assistência técnica e a institucionalização da autoconstrução no Brasil.	2229
<u>Nathália Louise Macêdo Leal</u> , Liza Maria Souza de Andrade	
Urbanizar a Teoria, Teorizar o Urbano. A investigação probabilística do Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco.	2243
<u>Bruno Gil</u>	
As observações filo-morfológicas de Fernando Távora.	2258
<u>François Dufaux</u>	
Bases Conceituais da Morfologia Urbana.	2271
<u>Camila de Queiroz Pimentel Lopes</u>	
O paradigma da preservação cultural brasileira e sua interface com as escolas inglesa e italiana de Morfologia Urbana.	2284
<u>Stael de Alvarenga Pereira Costa</u> , Maria Manoela Gimmler Netto, Priscila Schiavo Gomes da Costa; Débora Blanda Ferreira Aires Salomão	
Liminaridade. Uma Mediação sobre Percursos Intersticiais Urbanos.	2296
<u>Saraa Al Shrbaji</u> , João Rosmaninho	
A negação das cidades moderna e pós-moderna. Uma análise da visão distópica do videojogo Horizon Zero Dawn.	2315
<u>Cláudio Valentim Rocha Leal</u>	

Crono-desenvolvimento do quadrante noroeste da cidade de Évora (Portugal): a implantação de duas casas religiosas como fator potenciador de novo tecido urbano

Tema: 2. Processos | 2.3. Regeneração Urbana — Património e Herança

Maria Filomena Monteiro^{1*}, Maria do Céu Tereno^{2**}

¹ *monteiro.m.filomena@gmail.com*; ² *ceutereno@gmail.com*

* Câmara Municipal de Évora, ** Universidade de Évora

Évora foi ocupada por diferentes povos com culturas e origens muito díspares: romanos vindos do Mediterrâneo, godos do Norte da Europa e por último, no ano de 715, muçulmanos oriundos do Norte de África. A religião cristã foi introduzida durante o período de ocupação romana, assumindo protagonismo e práticas diferenciadas, de acordo com as crenças religiosas próprias. No início do século XVI a área urbana encontrava-se totalmente amuralhada e os antigos Arrabaldes integravam a nova malha urbana. Por razões defensivas permaneceram livres os espaços anexos à recém-construída muralha, que serviam também como locais de pastagem. As cercas das casas religiosas constituíram-se como reservas de terrenos livres de edificações. As áreas ocupadas pelos complexos monástico-conventuais (de São Francisco, São Domingos e Santa Mónica, fundados durante os séculos XIII e XIV, no século XV os de Santa Clara, Nossa Senhora do Paraíso e São João Evangelista, nos séculos seguintes, Santa Catarina de Sena, Nossa Senhora do Monte Calvário, Nossa Senhora da Graça, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora das Mercês e São José da Esperança) foram sendo cada vez menores nas fundações mais recentes, devido à densificação progressiva do espaço urbano. A nível urbanístico contribuíram para o desenvolvimento de aglomerados urbanos iniciais, que em circunstâncias específicas tiveram como referência os respetivos conventos mendicantes, caso dos Arrabaldes de S. Francisco e S. Domingos. O Convento de São Domingos de Évora foi fundado, na sequência de outros cenóbios, em 1286 sendo o segundo complexo religioso urbano fundado em Évora. Localizou-se descentrado relativamente à intensa vida económica da cidade, que se prolongaria posteriormente, e progressivamente, ao longo da área adjacente à muralha primitiva, em direção a sul e poente. A fundação em Évora do antigo Mosteiro de Santa Clara data de 1452. Este inseriu-se em espaço urbano já fortemente condicionado, contribuindo para a sua maior densificação. Esta ocupação de território teve grande influência no desenvolvimento do espaço envolvente, concorrendo para o crescimento coeso da cidade, e posteriormente para o urbanismo resultante da implantação destas casas religiosas. As duas construções deixaram marca na configuração urbana da cidade, que até hoje ainda se mantem, apesar de qualquer destes espaços ter sido utilizado, após a exclausuração das ordens religiosas, de forma muito diferenciada daquela para a qual tinham sido concebidos, o mesmo sucedendo com os espaços das cercas que foram utilizadas com finalidades distintas no século XX. Patrimonialmente perdura a malha urbana, que se foi consolidando ao longo de mais de oito séculos, vestígios pontuais da antiga edificação do Convento de S. Domingos e o Mosteiro de Santa Clara que foi alvo de intervenções menos radicais. A análise carto-iconográfica permitirá acompanhar a evolução da cidade através de documentos coetâneos, bem como fundamentar a importância destas duas casas religiosas no desenvolvimento do quadrante noroeste da cidade. Este estudo pretende contribuir para a preservação da memória das gerações que nos antecederam, o conhecimento e valorização dos vestígios remanescentes das antigas ocupações de cariz religioso, bem como da malha urbana onde se encontram inseridos.

Palavras-chave: Urbanismo; Malha Urbana; Património; Carto-iconografia.

Évora e o quadrante noroeste da cidade

A cidade de Évora deve parte da sua imagem urbana à localização dos inúmeros mosteiros e conventos, construídos ao longo dos séculos, e à influência evidenciada pela população religiosa nela residente.

Na origem das primeiras fundações monástico-conventuais medievas está o facto de ser uma cidade relativamente importante, recentemente conquistada aos infiéis, e situada em território limite da Cristandade, o que aliciou particularmente alguns irmãos mendicantes que, seguindo o espírito apostólico e expansionista de Francisco de Assis, terão chegado a esta cidade¹.

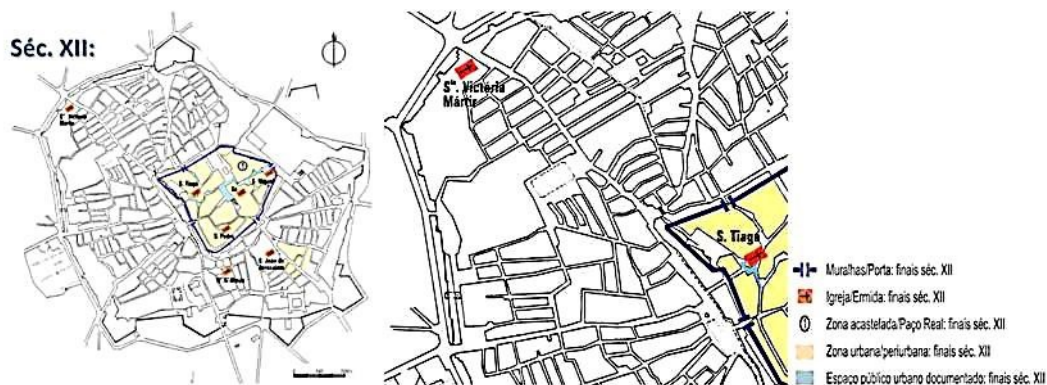
O facto de se situar num importante cruzamento de vias, numa região de comércio próspero e rodeada por campos de singular fertilidade justificou, em parte, a importância e o número de casas conventuais que aqui foram progressivamente fundadas.

O clima apetecível e a proximidade relativa a outros centros urbanos importantes tornaram-na simultaneamente em local de visita assídua da corte portuguesa, que ao longo dos séculos aqui permaneceu, por períodos mais ou menos longos.

Segundo a tradição, a referência mais longínqua que nos chega relativamente à religião católica na cidade de Évora, então ocupada por Roma, aponta para o ano de 38, durante o qual S. Manços terá por aqui passado, criando a primeira cadeira pontifical da Península Ibérica. Refere igualmente que a população que foi convertida à nova fé “foi por ele orientada a fazer uma vida eremítica na Serra de Ossa, que fica à vista de Évora; ali a começaram no ano do Senhor de 45”².

Daquela época remota, do contacto entre a cidade de Évora e a nova doutrina, são escassos os documentos esclarecedores. Contudo, são inúmeras as provas desta religião monoteísta, logo a partir do terceiro século.

Durante os séculos VIII a XII³, com a invasão por povos muçulmanos provenientes do Norte de África, os núcleos urbanos, em especial as antigas cidades de ocupação romana, sofreram uma época de novo incremento económico.



Figs. 1 e 2 - Évora. Proposta de reconstituição da ocupação do espaço urbano em finais do séc. XII sobre planta da cidade do séc. XIX. Quadrante noroeste. Fonte: Filomena Monteiro.

Assim que Évora entrou na posse dos cristãos, imediatamente D. Soeiro passou a assumir o lugar de bispo da cidade, assinando logo como tal ainda no ano da reconquista⁴ [figs. 1 e 2].

¹ Logo durante o Capítulo de Pentecostes, realizado pelos Frades Menores, no ano de 1217, estes organizaram as missões franciscanas, passando a estar a Itália e mais países divididos em províncias dirigidas por “ministros provinciais”. Tratou-se da evolução natural da Ordem depois de em 1209 o papa Inocência III ter concedido a Francisco de Assis e aos seus companheiros “somente” o direito à pregação evangélica. Cf. Santos, Júlio Eduardo dos. (1925). *S. Francisco de Assis, Versão dos seus Poemas e Opúsculos, acompanhada de notas e de um Bosquejo da Vida, Obra e Ideal do Poverello*. Lisboa: Edições Ottosgrafica. (pp. 47 e 74).

² Cf. Fialho, Pe. Manuel. (1945). *Évora Ilustrada*. Évora: Edição Nazareth & Filho [manuscrito, datado 1707-1711, de FIALHO, Pe. Manuel, *Évora Cidade de Portugal Ilustrada*, B.P.E: vol. I, cód. CXXX / 1-8; vol. II, CXXX / 1-9; vol. III, CXXX / 1-10; vol. IV, CXXX / 1-V]. (p. 34).

³ Évora esteve sob poder muçulmano entre 715 e 1166.

⁴ À data, o território português encontrava-se dividido em sete dioceses, cujas sedes se localizavam respetivamente em Braga, Lisboa, Porto, Coimbra, Viseu, Lamego e Évora. Só mais tarde se restauraram outras duas, das antigas dioceses, transferindo os seus centros para a Guarda e para Silves.

O final do século XIII e seguintes foram, em Évora, para a Igreja cristã, o seu período de instalação plena e de enriquecimento, através de avultadas e numerosas doações régias. As ordens mendicantes, com a pobreza, humildade e até argúcia dos irmãos franciscanos e dominicanos terão, de maneira significativa, e de modo marcante, influenciado a cidade de Évora.



Figs. 3 e 4 - Évora. Proposta de reconstituição da criação de espaço urbano nos séculos. XIII/XIV, sobre planta da cidade do séc. XIX. Quadrante noroeste. Fonte: Filomena Monteiro.

A nível urbanístico contribuíram também para o desenvolvimento de aglomerados urbanos iniciais, que nalguns casos específicos tiveram como referência os respetivos conventos mendicantes, caso dos Arrabaldes de S. Francisco e S. Domingos [figs. 3 e 4].



Figs. 5 e 6 - Évora. Proposta de reconstituição da criação de espaço urbano no séc. XV, sobre planta da cidade, do séc. XIX. Quadrante noroeste. Fonte: Filomena Monteiro.

Em finais do século XV o espaço amuralhado da cidade (107 ha) encontrava-se totalmente ocupado, embora com densidade construtiva variável, de acordo com a maior ou menor proximidade dos centros do poder então vigentes na urbe [figs. 5 e 6].

As áreas ocupadas pelos complexos religiosos cristãos (S. Francisco, S. Domingos e St^a. Mónica, fundados durante os séculos XIII e XIV, St^a. Clara, Paraíso e S. João Evangelista, durante o século XV) foram sendo progressivamente menores nas fundações mais recentes.

Até final do séc. XV foram fundadas na cidade seis casas religiosas: destas, duas localizaram-se no quadrante noroeste de Évora, o Convento de S. Domingos e o Mosteiro de St^a. Clara [figs. 7 e 8].

As áreas adstritas à judiaria e mouraria encontravam-se muito densificadas, obrigando a sucessivos alargamentos das zonas primitivamente delimitadas e à consequente construção de novas portas.



Figs. 7 e 8 - Évora. Vista poente da cidade. Iluminura do segundo foral da cidade datado de 1505. Vista global da cidade de Évora. Marcação do quadrante noroeste e das duas casas religiosas que desempenharam importante papel no desenvolvimento daquele quadrante. Fonte: CME.

Convento de S. Domingos

O Convento de São Domingos de Évora foi fundado, segundo a crónica da respetiva Ordem, na sequência de outros cenóbios, nomeadamente em Alenquer, por volta de 1225⁵, Coimbra e Porto no ano de 1237 e Lisboa em 1241. Elvas e Guimarães, onde, embora já pregassem há 40 anos, só aceitaram sítio em 1270. Tuy, em 1282 e finalmente o de Évora em 1286⁶ [fig. 9].

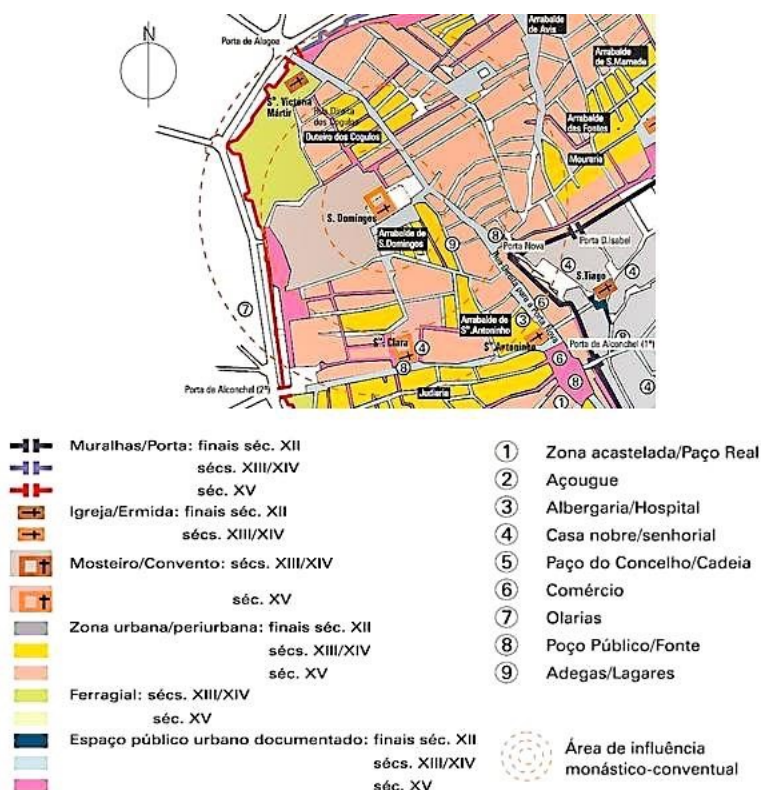


Fig. 9 - Convento de S. Domingos. Proposta de reconstituição da evolução urbana da envolvente sobre planta da cidade, do séc. XIX. Fonte: Filomena Monteiro.

⁵ Embora mudado, após dois anos, deste local para Santarém, consultar Almeida, Fortunato de. (1967). *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vols. I-IV. Porto: Edições Portucalense.

⁶ À data, já existiriam franciscanos em Évora há mais de sessenta e dois anos.

Foi nas imediações de uma antiga ermida evocativa de “Santa Victória, martyr” que os pregadores, de início, se acolheram, vivendo das esmolas e pregando à população. O seu primeiro prior foi Frei Domingos de Amarez, de origem espanhola⁷.

O local para a sua fixação foi facultado pela Câmara, que disponibilizou uma área fora da primitiva muralha defensiva. A respetiva autorização para a instalação foi concedida através de alvará, pelo rei D. Dinis, no qual recomendava os frades à cidade.

Em Évora deveram-se à pequena nobreza local os mais vultuosos donativos que permitiram o desenvolvimento das áreas de construção conventuais. Na verdade foram os eborenses, e não os monarcas portugueses, que proporcionaram o maior impulso a esta casa religiosa⁸.



Figs. 10, 11 e 12 - Proposta de limites. Vista de frente do local onde esteve inserido o Convento de S. Domingos. Vista posterior do conjunto e respetiva cerca. Fontes: Filomena Monteiro. CME.

O local físico escolhido para a fixação dos frades foi do lado ocidental da urbe, em área próxima do espaço de circulação exterior que articulava as zonas Norte e Sul do território, e tendo na altura como pontos de ligação com o interior amuralhado, as portas de D. Isabel e primitiva de Alconchel. O seu afastamento retilíneo relativamente ao outro convento já existente na cidade, S. Francisco, foi de aproximadamente 550 metros. O posicionamento inicial era inequivocamente descentrado relativamente à intensa vida económica da cidade, que se prolongaria posteriormente, e progressivamente, ao longo da área adjacente à muralha, em direção a Sul e a Poente⁹ [figs. 10 a 12].



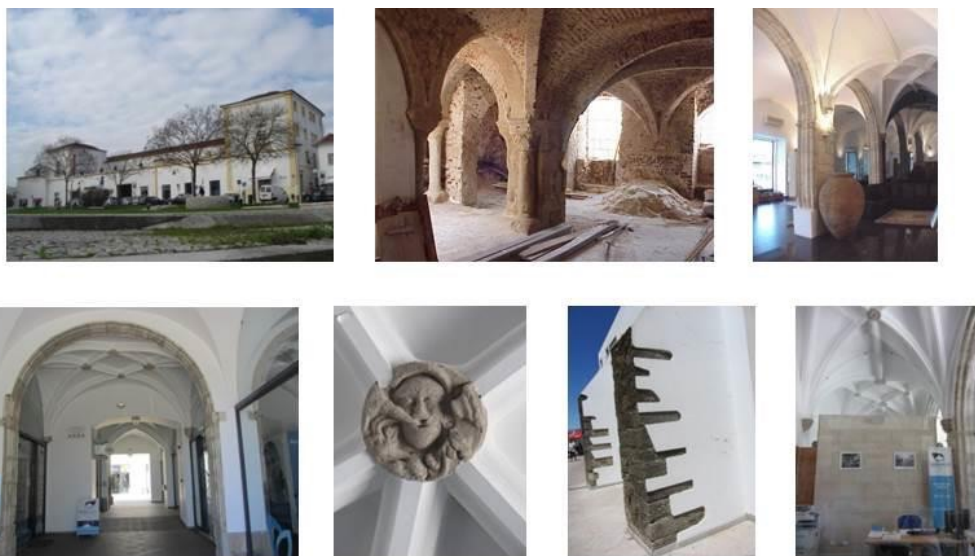
Fig. 13 - Convento de S. Domingos. Planta com as áreas assinaladas do que restou do antigo convento dominicano. Fonte: desenho base CME. Autoras.

⁷ Cf. Fialho, Pe. Manuel. *Évora...*, ob. cit. (p. 339).

⁸ Aliás a própria Igreja, logo no início das ordens mendicantes, solicitou um apoio especial por parte dos monarcas relativamente aos franciscanos, mais vulneráveis pelo seu modo de estar, prevendo que os dominicanos, através da sua pregação douta, facilmente iriam angariar fortes apoios nas camadas mais abastadas da sociedade.

⁹ Foram aí sucessivamente localizadas ao longo dos séculos as olarias e respetivos locais de venda. As arcarias constituíam local especificamente destinados a produtos diversos quando da realização dos mercados. Em 1547 o sítio era já fortemente urbano, pelo que as mulheres do Recolhimento de Santa Marta, a escassos metros de S. Domingos, se viram forçados a mudar de local, dando origem ao Mosteiro de Santa Catarina, na impossibilidade física de ampliação da sua área de implantação. Sobre o Recolhimento de Santa Marta: Franco, Pe. Manuel. *Évora...*, ob. cit. (p. 364).

Do ponto de vista estratégico, constata-se que o espaço se encontrava relativamente afastado das torres defensivas da primitiva muralha, nomeadamente da Torre do Salvador, ainda hoje com acesso ao seu topo, ou das outras, atualmente já quase inexistentes e que obviamente pautavam o primitivo círculo amuralhado¹⁰. O facto de se posicionar este complexo conventual no quadrante Noroeste da cidade, logo mais protegido das investidas mouriscas que teoricamente partiriam de Sul e Este, e o facto de a construção do segundo círculo de muralhas se ter iniciado pela zona Norte, área mais desprotegida por parte do castelo defensivo, garantia maior abrigo a este convento.



Figs. 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 - Convento de S. Domingos. Algumas vista do exterior do conjunto, do interior antes das obras e após as mesmas. Fonte: autoras.

Foi este núcleo religioso inicial que, através do saber e da pregação de alguns dos seus frades, mas também da bondade de outros, terá cativado a população. As numerosas doações ao convento são prova de tal facto¹¹. O volume de bens recebidos por esta instituição, e que tinham de ser geridos, igualmente desencadeou uma economia que permitiu a alguma população da zona obter aí o seu sustento diário. Atualmente os vestígios das antigas edificações dão pontuais [figs. 13 e 14 a 20].

Mosteiro de Santa Clara

Entre 1265 e 1268 o papa Clemente IV “regulou” a distância a haver entre conventos ou mosteiros da mesma Ordem, ou de Ordens diferentes, sendo esta de aproximadamente 500 metros. Com a densificação das cidades esta distância rapidamente passou para metade.

No núcleo urbano de Évora, após as fundações de um complexo religioso franciscano no início do século XIII, foi instituída, passado mais de meio século, nova casa religiosa. O Mosteiro de Santa

¹⁰ De referir a existência do antigo palácio acastelado dos Silveiras, antepassados dos Pestanas e que ocuparia o atual espaço dos edifícios dos CTT e dos Paços Municipais. A ele pertenceria a Torre do Salvador, assim como outra, fortificada, já demolida, em parte situada no espaço do edifício municipal. Existe memória escrita da demolição de tal torre, que foi extremamente difícil, podendo pressupor-se que a sua origem poderia ser romana, considerando a existência no mesmo espaço do hoje conhecido balneário romano. A área conventual dominicana estaria bem visível, e acessível a nível defensivo, pelo menos do alto dessas duas torres.

¹¹ Logo no ano de 1294, Joana Fernandes doa, para encargos pios após a sua morte, casas situadas no Arrabalde de S. Mamede, mais especificamente na Rua do Poço do Bispo, logo numa área consideravelmente afastada do convento. A dispersão do património desta casa religiosa no meio urbano é assim patente poucos anos após a fixação dos frades. Tal facto irá certamente exercer influência marcante nos moradores que, direta ou indiretamente, passam a depender da instituição religiosa. Cf. Carvalho, Afonso de. (2004). *Da Toponímia de Évora, dos meados do século XII a finais do século XIV*, vol. I. Lisboa: Edições Colibri. (p. 80).

Clara foi fundado, no ano de 1452¹², programado logo no início para oitenta monjas, seis anos após a coroação do muito jovem rei D. Afonso V, e por iniciativa do então bispo de Évora D. Vasco Perdigão, que para isso facultou na Rua de Alconchel (atual Rua Serpa Pinto) algumas construções arruinadas, pertencentes anteriormente ao paço dos Falcões.

As construções doadas, e à data sem condições de habitabilidade, mesmo para as monjas, só passados sete anos foram entregues à Segunda Ordem de S. Francisco, que, devido às diminutas verbas de que dispunha, só cinco anos depois é que concretizou a construção e consagração do templo primitivo¹³.

Tendo sido o primeiro mosteiro feminino institucionalmente fundado de raiz no núcleo urbano de Évora foi, desde o início, refúgio espiritual de diversas aristocratas que encontravam neste espaço condições de proteção e de recolhimento espiritual anteriormente inexistentes na urbe [fig. 21].

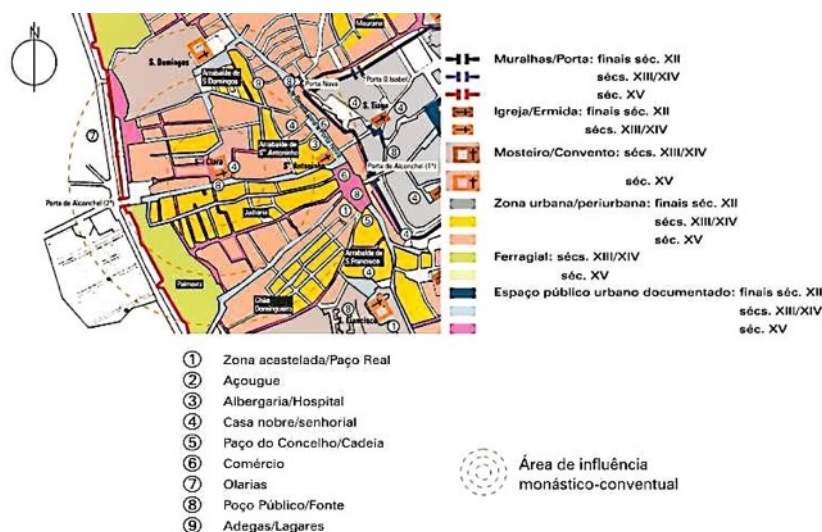


Fig. 21 - Mosteiro de Santa Clara. Proposta de reconstituição da evolução urbana da envolvente, sobre planta da cidade do séc. XIX. Fonte: Filomena Monteiro.

Este mosteiro de Clarissas possuiu, inicialmente, um património muito parco, quando foi habitado pelas primeiras monjas, no ano de 1459. Contudo, o seu poder económico avolumou-se com muitos dos bens para aqui transferidos quando o Convento de S. Francisco de Évora, em 1513, se reformou na “regular observância”. Por sua vez, quando o Mosteiro de Santa Clara passou da claustra à observância, em 1535¹⁴, veio a tomar posse dos restantes bens, que tinham revertido do Convento de S. Francisco, aumentando assim novamente, e consideravelmente, o seu património¹⁵. Os votos de pobreza, obediência e castidade professados pelas monjas clarissas, a par da clausura, foram valores fundamentais para genericamente se estruturar, e desenvolver, a vida nesta comunidade religiosa em meio urbano.

O espaço reduzido que esta casa monástica inicialmente ocupou influenciou contudo, sobremaneira todo o espaço envolvente pois foi justificativo para desestruturar todo um antigo e importante eixo

¹² A primeira comunidade eborense de clarissas foi fundada, no mínimo, duzentos e vinte e oito anos após a fundação, aqui, do primeiro convento masculino franciscano. Do mesmo modo trinta e um anos após teve lugar a integração forçada da comunidade de “beatas”, que viviam perto de S. Mamede, na Ordem de Santo Agostinho, sob a proteção de Santa Mónica. Vigorava na cidade de Évora uma população religiosa feminina preponderantemente organizada em pequenas comunidades, sem subjugação a regras religiosas aprovadas e que contavam com a devoção popular, predominantemente feminina.

¹³ Doações avultadas foram efetuadas pelo bispo sucessor, D. Jorge da Costa, assim como pela realeza. Contudo, algumas das rendas atribuídas a esta fundação foram posteriormente desviadas para o Mosteiro de Santa Maria do Espinheiro, situado fora da urbe eborense, dificultando, e mesmo atrasando aquelas obras. Só com o bispo D. Afonso, filho de D. Manuel, é que no ano de 1533 se pôe fim à questão das anteriores doações, feitas ao mosteiro das clarissas. Sobre o assunto: Fialho, Pe. Manuel. *Évora...*, ob. cit. (p. 317).

¹⁴ Cf. Fialho, Pe. Manuel. *Évora...*, ob. cit. (p. 317).

¹⁵ De tal riqueza é testemunho o facto de, em 1536, já existirem pagamentos efetuados pelas religiosas para obterem o abastecimento de água a partir do Aqueduto da Água da Prata, assim como de, em 1538, ter sido lavrada escritura para se processar o entubamento da água através da Rua de Alconchel até ao mosteiro, obra que não foi concretizada.

radial de circulação interior, truncado para viabilizar um diminuto aumento na área da cerca monástica.



Figs. 22 e 23 - Mosteiro de Santa Clara. Planta do piso térreo do antigo mosteiro, com identificação das ligações deste, com os arruamentos circundantes. Vistas dos acessos ao conjunto monástico. Fontes: bases Monumentos.pt. C.M.E. Autoras.

Com a ampliação do espaço, as condições do mosteiro foram melhoradas permitindo uma área livre complementar. Foi contudo esta a única casa religiosa eborense que se permitiu concretizar uma intervenção tão marcante no espaço público, condicionando-o até hoje.

Este quarto complexo religioso fundado na cidade de Évora, e pertencente à Ordem Segunda Franciscana, foi localizado no quadrante Noroeste da urbe, zona já ocupada por um convento da Ordem Primeira Franciscana. A distância retilínea que separava as igrejas do Mosteiro de Santa Clara da do Convento de S. Domingos era de pouco mais de 200 metros, e da do Convento de S. Francisco de aproximadamente 350 metros, noutra zona da cidade.

O espaço cedido à Ordem para esta se instalar seria muito limitado, considerando que alguns anos após foram adquiridas mais construções para alargamento do mosteiro¹⁶. Daqui igualmente se deduz que a zona estaria já bastante construída, considerando que em ambas as situações se adquiriram construções, a serem adaptadas ou demolidas, e não terreno livre onde se pudesse mais livremente implantar o complexo monástico.

À época da fundação, o local escolhido para o primeiro mosteiro feminino fundado de raiz na cidade de Évora era área em franco desenvolvimento. Na realidade, o mosteiro instalou-se em construções situadas a Norte da Rua de Alconchel, verdadeiro eixo de circulação em franco desenvolvimento a partir do século XV. Tal facto é-nos confirmado não só pelo grande número de referências em documentos a tal arruamento, a partir desse século, mas também por ter sido a Porta de Alconchel a representada em lugar de relevo quando da realização da iluminura que ilustra a capa do foral manuelino da cidade. Do lado Sul do mosteiro situar-se-ia, no ano de 1470, a Rua do Gaio¹⁷, via estruturante de toda uma zona e que desembocava para nascente, na Rua Ancha, junto ao terreiro de uma ermida de evocação de Santo António o eremita, designada à data por Ermida de Santo Antoninho¹⁸.

A portaria desta casa monástica aberta em direção a poente situava-se num arruamento que fazia a ligação natural entre o convento, mais antigo, de S. Domingos, distanciado deste pouco mais de

¹⁶ Em 1485, quando da primeira fase de construção, verificaram-se grandes alterações na antiga Rua do Gaio, denotando a existência de uma área já bem definida por arruamentos. Passados nove anos, em 1494, o mosteiro adquire casas “que ficão dentro em o Convento na Rua da Carta Velha”. Tal arruamento, que em 1571 corre ao longo da portaria de Santa Clara, é designado já por Travessa da Carta Velha. Em 1513 e 1527 novamente são adquiridas casas, desta vez para a constituição da cerca monástica, que se desenvolveu para noroeste do conjunto progressivamente edificado. Em 1536 é referido “pedaço de chão que foy tavessa que estaa a entrada da Rua das banhas nas costas do mosteiro de Santa Clara”. Sobre o assunto: Carvalho, Afonso. *Da Toponímia...*, ob. cit., vol. I. (p. 143).

¹⁷ “...na Rua do gayo que ora he nas costas de santa clara e onde vyve Jorge de Resende...” permitindo-nos perceber que Santa Clara se situaria em 1470 entre a Rua de Alconchel e a Rua do Gaio, ambos arruamentos muito significativos no urbanismo medieval. De referir que Jorge de Resende, citado no documento transcrito poderia ter sido familiar de Garcia de Resende, que nasceu em Évora por volta do ano de 1470, tendo servido, como cronista, D. João II, o príncipe D. Afonso e D. Manuel I. Cf. Carvalho, Afonso de. *Da Toponímia...*, ob. cit., vol. I. (p. 133).

¹⁸ Desta ermida resta hoje, no altar da Igreja de Santo Antão, apenas belíssima lápide representando os apóstolos, e que possui como elemento central a cruz dos templários.

escassos cem metros. A Rua de S. Domingos, parte da Rua da Carta Velha e a Rua de Santa Clara, com um pequeno terreiro defronte à portaria, foram a consolidação de tal percurso, que naturalmente sofreu acertos ao longo dos séculos [figs. 22 e 23]. O percurso natural em direção ao Convento de S. Francisco, distanciado cerca de trezentos metros, era interrompido, nos anos iniciais da fundação de Santa Clara, pela judiaria, mais ampla ou reduzida de acordo com a época política, mas sempre espaço diferenciado na malha urbana. Após a conversão forçada ao cristianismo e a abertura das portas da judiaria anteriormente cerradas, muitos foram os cristãos velhos que ocuparam as inúmeras habitações abandonadas por morte ou debandada dos seus residentes.

A Rua do Raimundo, limite Sul da referida área, com a conclusão da cerca nova e a inclusão do então denominado Buraco do Raimundo tornou-se eixo de circulação que progressivamente foi ganhando importância a partir do século XV¹⁹. Em Évora, a casa das clarissas terá optado por obter o sempre tão almejado espaço livre adquirindo casas, reformulando o traçado de arruamentos e constituindo assim uma cerca, inequivocamente pequena, o que demonstra os condicionamentos desde o início existentes na zona de instalação²⁰.

Tendo sido o primeiro mosteiro feminino institucionalmente fundado de raiz no núcleo urbano de Évora foi, desde o início, refúgio espiritual de diversas aristocratas que encontravam neste espaço condições de proteção e de recolhimento espiritual anteriormente inexistentes na urbe. O solar dos Lobos e o palácio dos Mendanhas foram duas das antigas casas de famílias poderosas que se instalaram na proximidade da casa monástica das clarissas.

Ao longo dos séculos sucessivos acessos foram abertos a partir do Mosteiro de St^a. Clara para alguns dos arruamentos circundantes (Ruas Serpa Pinto, de St^a. Clara, da Carta Velha, de Alfeirão, Travessas dos Beguinos e da Milheira).

A escassez de terrenos disponíveis no Mosteiro de St^a. Clara está patente no volume construtivo da capela-mor, a qual foi ampliada sobre um arruamento pré-existente, a Travessa da Milheira. A estreiteza desta antiga via que faz a ligação entre as Ruas Serpa Pinto e a dos Caldeireiros é notória. Das torres deste mosteiro feminino podiam vislumbrar-se quer a judiaria, que ficava anexa ao mesmo, como também o conjunto do Convento de S. Francisco.



Figs. 24 e 25 - Mosteiro de Santa Clara. Vista do exterior do conjunto e do claustro do mosteiro. Fonte: autoras.

Como contraponto à sumptuosidade interior do mosteiro, o claustro facultava às monjas de St^a. Clara um espaço de lazer e oração, complementado pelas longas alas que ainda hoje circundam o claustro [fig. 24 e 25]. O limite físico e visual que este espaço impunha foi ultrapassado, mesmo sob clausura, com a edificação de torres de fresco que de acordo com o posicionamento do sol permitiam ver, e mesmo serem vistas a partir do exterior.

A construção de torres de fresco foi no Mosteiro de Santa Clara notória: edificaram-se três torres de dimensão acentuada permitindo serem utilizadas por um número considerável de religiosas. As pinturas executadas por essas monjas, e ainda visíveis em algumas das paredes interiores, demonstram a utilização regular e prolongada desses espaços. De todas elas abarca-se uma visão

¹⁹ Só em 1487 é que é proposto o calcetamento da referida rua, demonstrando a sua até então pouca importância no conjunto urbano.

²⁰ Não obstante, tal mosteiro foi recolhimento de membros da nobreza, como por exemplo de D. Joana, filha de D. Henrique IV de Castela e noiva do rei português D. Afonso VI.

notável sobre a área urbana envolvente, nomeadamente sobre a antiga Judiaria e restantes casas religiosas da cidade. Situado anexo à primitiva porta lateral da igreja existe um poço que se inseria no antigo terreiro público da igreja de St^a. Clara, situado na atual Rua Serpa Pinto (antiga Rua de Alconchel). Interiormente, o espaço de clausura é ainda patente através da grade entre o coro baixo e a nave da igreja aberta à população e cuja entrada se localiza muito perto da Judiaria de Évora [figs. 26 a 32].



Figs. 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32 - Mosteiro de Santa Clara. Vistas do claustro maior e do menor, de pinturas nas paredes das torres de fresco, do interior de uma das torres, do antigo poço, da grade da clausura e pormenor das pinturas existentes no coro baixo. Fonte: autoras.

Considerações finais

O Convento de S. Domingos devido a ter-se posicionado no quadrante noroeste da urbe, local mais protegido das investidas mouriscas que teoricamente partiriam de sul e este, e da construção do segundo círculo de muralhas se ter iniciado pela zona norte, área mais desprotegida por parte do castelo primitivo, garantiu maior abrigo aos frades dominicanos.

Este núcleo de religiosos, através do saber e dos dotes oratórios, mas também da bondade de alguns deles, terá cativado a população, à fixação na área envolvente a esta casa religiosa. O volume de bens sucessivamente recebidos pela instituição, e que tinham de ser administrados, gerou uma economia que permitiu trabalho e sustento de alguma da população local. A fixação urbana em redor do cenóbio aconteceu de modo progressivo, bem como a constituição de eixos comerciais paralelos onde atividades específicas se foram instalando.

O Convento de S. Domingos terá contribuído para a formação e posterior consolidação de malha urbana, assim como para a localização pontual de casas de algumas das famílias mais importantes da cidade. O Mosteiro de St^a. Clara, sendo o quarto complexo religioso fundado na cidade de Évora, e pertencente à Ordem Segunda Franciscana, foi localizado igualmente no quadrante sudoeste da urbe, zona onde já existia o de S. Domingos.

A distância retilínea que separava a igreja de Santa Clara da de S. Domingos (hoje já demolida) era de pouco mais de 200 metros, e da de S. Francisco (casa-mãe do de St^a. Clara) aproximadamente 350 metros. O Mosteiro de St^a Clara inseriu-se em espaço urbano já fortemente condicionado, contribuindo para a sua densificação. A sua principal ampliação deveu-se à reformulação de

importante artéria, a antiga Rua do Gaio, seccionando-a e desestruturando parte do tecido urbano envolvente.

Pode-se concluir que a implantação das casas religiosas em geral, e no caso presente dos dois conjuntos estudados, o Convento de S. Domingos e o Mosteiro de St^a. Clara foram determinantes para o desenvolvimento económico e urbanístico do quadrante noroeste de Évora, tendo contribuído com a densificação de malha urbana, reforço dos eixos de circulação principais, a toponímia gerada pela sua implantação, e existência de vestígios patrimoniais pontuais do Convento de S. Domingos e de monta relativamente ao Mosteiro de St^a Clara.

De salientar a Rua de S. Domingos que se inicia na antiga Praça de D. Pedro (atual Praça Joaquim António de Aguiar) e termina na Rua de Santa Clara. Esta principia na antiga Rua de Alconchel (atual Rua Serpa Pinto) e termina na Rua da Carta Velha. Registam permanências da ligação entre as duas casas religiosas, embora de ordens e géneros distintos. Esta toponímia poderia ser classificada como património imaterial da cidade, já que regista a existência e continuidade das casas religiosas ao longo do tempo, mantendo-se até à atualidade, bem como a malha urbana a que deram origem.

Esta ocupação de território teve grande influência no desenvolvimento do espaço envolvente, contribuindo para o crescimento coeso da cidade, e posteriormente para o urbanismo resultante, em parte, da implantação destas casas religiosas.

As duas construções deixaram marca na configuração urbana da cidade, que até hoje ainda se mantém, apesar de qualquer destes espaços ter sido utilizado, após a exclausuração das ordens religiosas, de forma muito distinta daquela para a qual tinham sido concebidos.

Referências bibliográficas

- Almeida, Fortunato de. (1967). *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vols. I-IV. Porto: Editora Portucalense.
- Carvalho, Afonso de. (2004). *Da Toponímia de Évora, dos meados do século XII a finais do século XIV*, vol. I. Lisboa: Editora Colibri.
- Carvalho, Afonso de. (2007). *Da Toponímia de Évora, século XV*, vol. II. Lisboa: Editora Colibri.
- Fialho, Pe. Manuel. (1945). *Évora Ilustrada*. [manuscrito, datado 1707-1711, de FIALHO, Pe. Manuel, *Évora Cidade de Portugal Ilustrada*, B.P.E: vol. I, cód. CXXX / 1-8; vol. II, CXXX / 1-9; vol. III, CXXX / 1-10; vol. IV, CXXX / 1-V]. Évora: Editora Nazareth & Filho.
- Santos, Júlio Eduardo dos. (1925). *S. Francisco de Assis, Versão dos seus Poemas e Opúsculos, acompanhada de notas e de um Bosquejo da Vida, Obra e Ideal do Poverello*. Lisboa: Editora Ottosgrafica.